

ARQUEOLOGIA & História

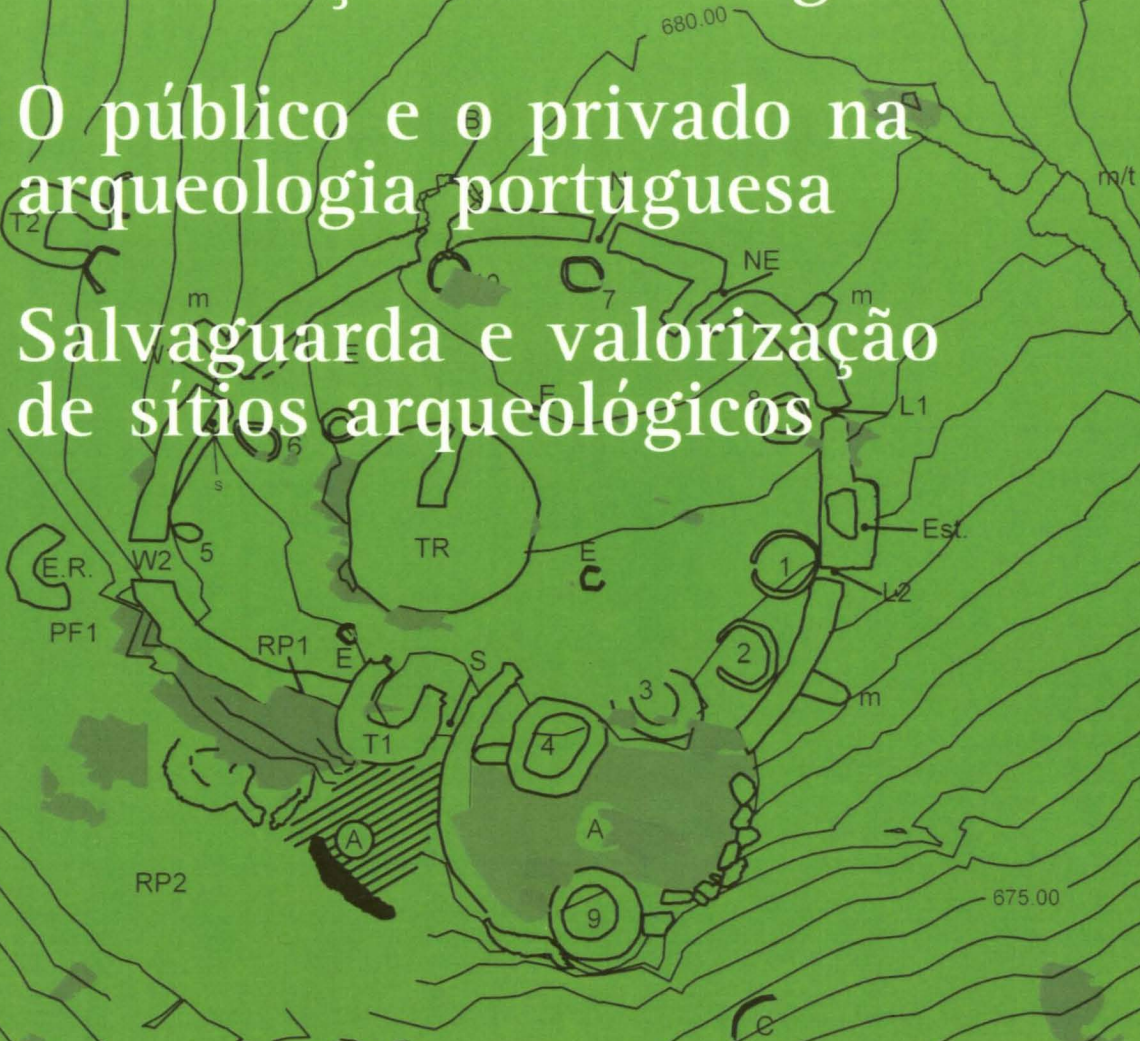


Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa

Miguel Lago¹

Público ou Privado. Os limites entre estas esferas, supostamente bem diferenciadas, têm sido facilmente estabelecidos? Não querendo entrar na discussão relativa às virtualidades de cada uma delas ou à forma como se estruturam em diferentes modelos sociais, não posso deixar de considerar que no domínio do património arqueológico é particularmente curiosa a forma como se foi evoluindo no que respeita a limites que nunca, como hoje, foram tão claros.

Antecedentes

Considerando que a arqueologia arranca em Portugal pelo final do século dezanove, é evidente um percurso de pouco mais de cem anos que, com as suas diversas etapas e independentemente dos resultados científicos obtidos, revela uma predominância clara da esfera pública.

Durante esse longo período, em grande parte marcado por um Estado autoritário, centralizador e estruturador de valores muito específicos de pensamento e de cidadania, o património em geral foi encarado como instrumento ao serviço da ideologia política do Estado Novo. Então, e dada uma predominante invisibilidade dos sítios arqueológicos, muitas vezes remetendo para sociedades pré-nacionais, nunca se considerou que tais sítios fossem encarados como bens plenamente integráveis na rede patrimonial que foi sendo criada, assente predominantemente em castelos, igrejas ou palácios, nitidamente eleitos como referenciais da identidade nacional. Este critério foi fundamental nas opções de visibilização de tais elementos, permanecendo quase sempre excluídos os de cariz arqueológico, funcionando as exceções como confirmação da regra (Conímbriga ou Briteiros são exemplos que apenas a monumentalidade fez sobressair).

Enquadrada nesta mesma perspectiva terá estado a Etnologia portuguesa, enraizada em valores de carácter científico, mas que apenas foi estimulada como disciplina enquanto estes permanecessem globalmente úteis a determinados discursos e formas muito específicas de ler a realidade. O Estado Novo pretendia condensar marcas identitárias numa matriz folclórica cons-

tituída por um mosaico de diferentes tipos regionais, formadores de uma identidade nacional global. Com o passar do tempo, ambas as ciências estagnaram em Portugal, apesar dos esforços e trabalhos notáveis de alguns como Leite de Vasconcelos, Jorge Dias ou mesmo Orlando Ribeiro na sua área própria, cuja criatividade e liberdade foram limitadas pelo próprio Estado, que condicionou a sua acção cívica e científica.

Dado que durante esse período, o Património era uma das ferramentas da acção do Estado, procedia-se à selecção criteriosa dos elementos integráveis na sua estratégia política. Daí que o próprio Estado promovesse e pagasse as despesas necessárias com eventuais "recuperações" de âmbito patrimonial, sendo os cidadãos encarados como destinatários de valores seleccionados e "embalados" sob a forma de interpretações oficiais, muitas vezes assentes em reconstituições ou restauros totalmente ficcionais ou encenados.

Desta forma, se é evidente o domínio do papel do Estado ao longo daquela fase do percurso da nossa Arqueologia, o seu escasso enquadramento nas estratégias adoptadas, criou condições para a consolidação de uma actividade arqueológica praticada sem regras claras, de forma pouco controlada e com pouco ou nenhum rigor científico, por indivíduos oriundos das mais diversas profissões. Curiosamente, este relativo abandono do Estado em relação aos bens arqueológicos e aos seus problemas potenciou um polvilhar de iniciativas dispersas, muitas vezes de gestação local e resultantes do esforço de alguns indivíduos. Assim, a falta de empenho Público estimulou uma incipiente mas persistente tendência para iniciativas pessoais pelo que, de alguma forma, o sector privado na arqueologia parece ter aqui a sua origem. Da mesma maneira e ainda hoje, interesses pessoais ou de certos grupos enraizam neste espaço mal regado muita da sua conflitualidade que, ao longo de gerações, foi persistindo.

A partir de 1974, a arqueologia portuguesa foi amadurecendo. Tal como sucedeu em outras áreas culturais, como por exemplo a museologia, inúmeras acções decorreram de movimentos de dinamização cultural em que as identidades locais e o património surgiam interligados, desencadeando-se uma modernização de atitu-

des, reflexo de novas intenções de intervenção social. Apesar disso, penso que essa conjuntura era ainda eminentemente marcada por esforços individuais ou de grupos mais ou menos limitados e sem inter-ligações que tinham como causa comum o empenho na investigação, na salvaguarda e na valorização do património arqueológico. Na realidade, até ao início dos anos noventa do século vinte a relevância da actividade arqueológica foi limitada, uma vez que a sua visibilidade era socialmente reduzida. Com o novo regime o património deixou de estar ao serviço de uma ideologia tão vincada, até por recusa face ao modelo anterior, sendo antes integrado e de certa forma diluído numa política cultural mais abrangente em que se procurava renovar o conceito de bens culturais, desdobrado por múltiplas facetas.

De qualquer forma, a arqueologia permaneceu secundarizada e, talvez por isso mesmo, nunca tenha sido adoptada legislação pormenorizada, nem lhe foram atribuídos recursos financeiros com um mínimo de significado, continuando a caber ao Estado todas as eventuais responsabilidades relacionadas com o património arqueológico, sistematicamente desvalorizado. Por essa razão e para além de projectos oriundos do estrangeiro ou outros casos esporádicos relacionados com o emergir de novas estratégias de ordenamento do território, persistiram as intervenções desenquadradas de projectos consistentemente planeados, que eram realizadas com escassos recursos e por pessoas ou instituições (museus, institutos universitários, câmaras municipais, associações,...) empenhados em objectivos essencialmente individuais. Também por isso, a actividade evoluiu para um quadro de financiamento público assente em subsídios, na maior parte dos casos meramente simbólicos, atribuídos a projectos de determinados investigadores a que o Estado se associava. A sociedade portuguesa não sedimentara ainda valores suficientemente consistentes ao ponto de condicionar, no seio de uma qualquer política integrada de gestão territorial, regulamentações detalhadas e rigorosas da componente arqueológica. Por tudo isso, persistiam nesta fase os interesses pessoais, com as inerentes lutas em torno dos globalmente irrelevantes cargos de poder e de distribuição daqueles escassos subsídios.

Mesmo a partir dos anos oitenta, com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC, sintoma muito inicial de transformações na actuação do Estado, continuou a persistir uma intervenção pouco expressiva, antes de mais assente num grande empenhamento dos que, enquanto técnicos, integravam aqueles serviços ou com ele colaboravam. Nesta fase, de incorporação de nova legislação ambiental, a componente de património era muito incipiente e extremamente vaga na sua formulação, não sendo minimamente clarificadas competências no âmbito das estratégias de avaliação e minimização de impactos. Os inúmeros casos de afectação patrimonial eram então tratados sob grandes pressões, não estando ainda interiorizado o princípio do "poluidor-pagador" para a área patrimonial (eminentemente arqueológica); os privados descartavam eventuais responsabilidades, que o Estado assumia de forma incipiente, furtando-se a despesas com base na limitada importância que atribuía a esses bens, sendo portanto difícil aos serviços específicos de arqueologia ultrapassar patamares de baixo nível de exigência; o Estado tinha uma actuação que hoje encararíamos como displicente, evitando "prejuízos" financeiros e o atravessar de interesses patrimoniais diante de outros mais "poderosos" e de cariz imobiliário, persistindo assim na delapidação do património colectivo. Sem recursos financeiros, sem legislação apropriada e sem uma política de ordenamento territorial abrangendo plenamente os recursos patrimoniais, não era possível definir uma estratégia geral de intervenção nacional. Tal como ainda hoje sucede em determinados contextos de actuação pública, não era privilegiada a definição de objectivos, nem o controlo ou a qualidade dos resultados atingidos pelos diversos projectos, assumindo-se antes uma postura geradora de clientelismos em que se financiavam ou contratavam, sem objectivos claros, "investigadores" e mais tarde "profissionais" conhecidos.

Só a partir dos anos noventa, com a entrada em vigor de regulamentação importada, nomeadamente a partir de convenções internacionais ou de legislação comunitária aplicável ao património e sobretudo ao ambiente, surgiram alterações na postura pública, que tendencialmente teve que reformular o papel dos diversos agentes

e lutar por novos patamares de exigência. Esse facto fez multiplicar o número de trabalhos arqueológicos realizados, iniciando-se também uma fase de maior transparência nas decisões finais, já que os princípios a seguir eram um pouco mais claros, o mesmo acontecendo com as ferramentas legais de controlo. Apesar disso, o despoletar do caso do Côa que resultou, antes de mais, de falhas de actuação face a regulamentações ainda mal interiorizadas e de uma displicência global de actuação de determinados serviços, foi um claro sintoma das deficiências e vícios daquele sistema.

Apesar das transformações ocorridas no final dos anos noventa, persistem ainda vestígios claros daquela lógica clientelar de alguns sectores da administração pública relacionados com a arqueologia, que consiste, nomeadamente, na sua intervenção directa em diversos patamares do desenrolar de processos, desde a fase de planeamento de projectos até à sua concretização ao nível técnico-científico, passando pelas fiscalização e avaliação (disso são exemplos o CNART, o CNAS e o CIPA que assumem uma vocação que abrange a prestação de serviço). Tais casos permitiam, e continuam a permitir, a eventual eternização de interesses pessoais no seio do funcionalismo público, reduzindo-se a sua autonomia, credibilidade e capacidade de actuação, a troco de potenciais compromissos menos transparentes, porque a entidade tutelar surge assim como parte interessada. Assim, em muitos casos, favoreceu-se a inacção e a incompetência, não se estimulando a competitividade e a qualidade. Enquanto o Estado assumir semelhante posicionamento, aquelas áreas concretas, nomeadamente a arqueologia sub-aquática e a relativa ao estudo de arte rupestre, dificilmente poderão ser desenvolvidas por outras instituições, quer ao nível comercial, quer mesmo ao nível da investigação, antes de mais a universitária.

O Público

O conceito de "desenvolvimento sustentado" resultou da emergência de novos ideais sócio-políticos em que as questões ambientais eram fulcrais. O património ou a sua componente materializada nas paisagens foi enqua-

drada nas preocupações das políticas de ambiente. O Património histórico-arqueológico é, nesta perspectiva, encarado como um conjunto de bens de toda a comunidade que tem que ser defendido pelo potencial que encerra relativamente às diversas comunidades humanas, devendo as regulamentações que a ele respeitam resultar de políticas claras de longo prazo assentes no pressuposto de uma gestão ponderada do território. Em minha opinião os bens patrimoniais devem ser assumidos como um significativo recurso cultural, cujo uso multifacetado deve beneficiar toda a comunidade, devendo a sua gestão ser rigorosa e podendo os processos que daí decorrem ter múltiplas consequências que ultrapassem a promoção de conhecimentos, nomeadamente estimulando actividades económicas, promovendo emprego e gerando riqueza.

Sendo os vestígios arqueológicos fontes históricas passíveis de múltiplas abordagens e diversificados usos com significado para a comunidade em geral, parece evidente que ao Estado deve caber um papel relevante na sua gestão. Mas precisamente porque se trata de um recurso fortemente regado e gerador de variadas dinâmicas, o Estado deverá assumir um papel eminentemente legislador, fiscalizador e dinamizador de actuações de parceiros da designada "sociedade civil", quer sejam pessoas, associações, fundações ou empresas.

O Estado deve assim abster-se de ser mais um parceiro no "teatro de operações", já que ao controlar as regras do jogo não é correcto que se envolva em determinados aspectos da sua prática. Ou seja, do domínio do público devem ser afastadas as possibilidades de sobreposição ou de acumulação de múltiplos e sucessivos papéis desde a definição de políticas e estratégias, da demarcação de objectivos e execução de projectos, até à sua fiscalização ou aprovação. Num contexto em que o Estado clarifique as suas funções, as entidades estatais, da administração central, regional ou autárquica, não devem assumir competências executivas, obtendo-se uma gestão dos bens arqueológicos de maneira mais transparente e menos sujeita a interesses pessoais, através da criação de mecanismos de controlo eficazes e propiciadores da obtenção de resultados dignos de verdadeiro serviço público.

Formação, investigação, universidades e empresas

As questões da formação e da investigação em arqueologia apresentam-se envoltas num enquadramento particular e complexo. A formação pode ser pensada a vários níveis, desde a formação de base, a que correspondem cursos técnicos de arqueologia, até ao ensino universitário com os seus diversos patamares, passando pelo ensino politécnico cujo conceito, que remete para uma aposta nas ciências aplicadas, parece ainda pouco clarificado, particularmente no caso das ciências sociais e humanas.

Face à especificidade das múltiplas tarefas e responsabilidades das equipas de arqueologia, um modelo assente em diversas e complementares possibilidades de formação parece ser ajustado, já que qualquer outro baseado apenas em formação superior terá custos obviamente mais elevados que, sem vantagens face às necessidades práticas, pode ainda gerar expectativas impossíveis de cumprir em todos os profissionais. A maioria deles assumem tarefas intermédias de cariz técnico, aparentemente pouco gratificantes face aos preconceitos incorporados antes e durante a sua formação, pelo que os modelos aplicados devem ser ponderados em função das necessidades do mercado de trabalho, tendo em atenção o que estrategicamente se pretende para o futuro, nomeadamente em termos de qualidade e operacionalidade da nossa arqueologia.

Neste contexto, as reformas preconizadas a partir de Bolonha para o sistema universitário europeu apontam para respostas pertinentes a problemas existentes, nomeadamente de desadequação entre necessidades sociais ou expectativas dos que entram nas universidades e as ofertas curriculares que essas escolas fornecem, tornando mais flexível o sistema de ensino, supostamente adequando-o às dinâmicas e especificidades diversas das sociedades contemporâneas. A eventual redução temporal da base de formação das licenciaturas sugere uma vontade de incrementar as possibilidades de formação superior de base ajustando-as a necessidades eminentemente técnicas ou operacionais do mercado de trabalho, através de reformulações de

conteúdos formativos, devidamente ponderados face a esses objectivos. Os patamares seguintes dos mestrados e doutoramentos, também eles de mais rápida progressão parecem vir a ser pensados de maneira a responder a necessidades de progressão na formação e a especializações que permitam preparar e lançar jovens profissionais cada vez mais preparados e não coroar carreiras que ficam para trás. Daí que as teses possam ser vistas, em muitos casos, como formas de exercitação prévia à prática em contexto profissional e não apenas como forma acabada de elaboração científica. Ou seja e apesar das muitas dúvidas que persistem face aos objectivos e possibilidades de concretização de novos modelos, parece-me que se pretende que os diversos níveis de formação superior, para além de escalonarem a progressão de universitários, sejam meios de preparação de profissionais que actuam na sua esmagadora maioria fora das universidades, como aliás sucede na arqueologia. A formação não deve ser apenas um processo académico ou prévio à profissionalização; a formação continuada deveria resultar de rotinas que permitissem uma renovada qualificação e rentabilização dos profissionais aos quais se abririam novas possibilidades de satisfação pessoal através do trabalho.

As universidades são, por excelência, centros de conhecimento. Fornecem ferramentas que permitem a sua aquisição, nomeadamente através da implementação de processos de investigação, que é uma necessidade da universidade no sentido do cumprimento da sua missão. Para não desvirtuar a sua essência e a sua razão de ser, as universidades não devem desviar o seu foco de atenção para a concretização de projectos eminentemente técnicos ou em que os objectivos essenciais não sejam a produção de conhecimento enquadrado em projectos de investigação de longo alcance. Neste sentido, a concorrência das universidades com as empresas, através de uma arqueologia aplicada, pode ser um problema pela subversão que daí resulta a um sistema assente na complementaridade. Estes diferentes tipos de instituições não devem ser concorrentes. As empresas actuam em mercados dependentes das necessidades de clientes e não sendo de prever que venha a existir um efectivo mercado de consumidores de processos de

aquisição de conhecimento, preservarão a vocação de prestação de serviços em que eventuais processos de investigação resultam de necessidades mais alargadas dos clientes que interferem por alguma razão em valores patrimoniais ou que deles procuram uma rentabilização económica e social.

O privado

Em termos institucionais é praticamente impossível falar de uma arqueologia pensada, organizada e praticada por privados até aos anos noventa do século vinte o que, como já foi mencionado, não invalida a persistência de uma longa tradição de interesses privados na arqueologia portuguesa.

Sensivelmente até à segunda metade dos anos noventa, perduraram indefinições óbvias nas políticas de património, pelo que, sem estratégias, sem planeamento, sem verbas previstas para investimentos em concretização de trabalhos, é óbvio que não podia existir mercado, incremento da actividade ou a sua profissionalização. Por esta razão, as primeiras iniciativas privadas de carácter institucional assumiram um teor associativo e sem fins lucrativos, modelo de actuação mais adaptado à realidade do meio arqueológico de então. O enquadramento institucional privado de âmbito empresarial, apenas surge nos anos noventa, inicialmente de forma incipiente e pelo cruzamento de ligações, muitas vezes pouco claras, entre determinados promotores de obras públicas e pessoas que realizavam Estudos de Impacte Ambiental ou concretizavam as primeiras acções de minimização implementadas formalmente em Portugal.

No nosso enquadramento sócio-económico é possível aos cidadãos actuarem de diversas formas, individualmente ou colectivamente. Assim, as instituições criadas, nomeadamente as empresas, são ferramentas de actuação que têm a vantagem de, em sociedades convenientemente organizadas, serem transparentes, controladas e fiscalizadas, sendo sempre possível conhecer os interesses que as suportam. Significa isto que a emergência de actuações privadas na área do património arqueológico, nomeadamente de empresas, se

enquadra numa visão clarificadora dos interesses em campo. Enquadrando este recente fenómeno na história da arqueologia portuguesa, podemos considerar que a emergência de instituições empresariais, configuram uma salutar mudança, reveladora da valorização social atribuída aos bens arqueológicos e do amadurecimento dos profissionais; agora, os interesses pessoais são tendencialmente assumidos de forma mais clara, cabendo às instituições públicas e sobretudo aos que nelas trabalham a responsabilidade de verificar a aplicação das regras de funcionamento.

Este tipo de sistema é, infelizmente, sujeito a pervertões, nomeadamente decorrentes de fenómenos de corrupção. Mas estou convencido que nas sociedades contemporâneas é cada vez mais difícil mentir e ocultar desvios às regras do jogo. Se a legislação for exigente e as instituições públicas funcionarem, será mais fácil impedir a perpetuação de vícios antigos ou recentes, resultantes de interesses privados ocultos. Para estes, um sistema transparente, organizado e controlável torna-se desvantajoso.

Temos de reconhecer que, curiosamente, o amadurecimento do fenómeno empresarial na arqueologia, apesar de desigual, foi extremamente rápido. Não existindo por parte do Instituto Português de Arqueologia dados concretos sobre a representatividade dos diferentes tipos de enquadramentos institucionais na actual prática profissional, não temos dúvidas em relação ao facto da esmagadora maioria dos trabalhos autorizados individualmente por aquele instituto remeterem para indivíduos integrados de alguma forma numa empresa ou, em menos casos, trabalhando por conta própria. É natural que a rapidez do fenómeno coloque problemas ao nível da consistência das estruturas criadas, existindo uma maioria de empresas de reduzida dimensão e sem uma efectiva cultura empresarial. Estas características são, apesar de tudo, compreensíveis porque o meio arqueológico, por preconceitos bem enraizados ideologicamente, não estava preparado para aceitar novas formas de actuação, tal como o nível da formação não se adequava (ou adequa) a exigências que estão para além dos aspectos técnico-científicos inerentes à prática específica.

Sintomático desse desajustamento, é o facto da maioria das empresas ser apenas constituída por arqueólogos e que alguns profissionais do meio defendam princípios absolutamente corporativos, assumindo que apenas a arqueólogos devia ser permitida a constituição de empresas vocacionadas para esta área. Naturalmente o meio empresarial implica diversas competências sendo que, neste caso, a componente técnica é uma das facetas mais evidentes; a fragilidade de muitas destas empresas é a carência de complementaridade com outras áreas, antes de mais de gestão e de marketing.

Apesar do processo de consolidação de um mercado na arqueologia e no património, ele é apenas real nas áreas da prestação de serviços técnicos enquadrados globalmente no âmbito de actuações no território em que devem ser acautelados eventuais danos patrimoniais ou reabilitados determinados elementos, particularmente em meio urbano. Assim, prestam-se serviços como os de escavações arqueológicas, de avaliação patrimonial, de acompanhamentos de obras, de reabilitação de ou adaptação de edifícios. Essencialmente, obras.

As estruturas privadas dificilmente podem apostar nas áreas da valorização ou dinamização patrimonial (que permanecem fora das áreas de negócios) já que, obviamente, nos faltam estratégias de rentabilização patrimonial, no sentido nobre de disponibilização social dos seus elementos e valores.

Em termos arqueológicos, uma questão fundamental é aferir da vantagem para a comunidade da contratualização de determinados tipos de serviços entre o Estado e entidades privadas, no sentido da prestação de serviços de gestão de projectos referentes a sítios ou conjuntos arqueológicos. Tal opção permitiria ao Estado reduzir custos e atingir uma efectiva sustentação no domínio do funcionalismo, racionalizando os meios humanos e logísticos existentes, através da sua contenção e especialização em domínios como a definição de objectivos e programas e a fiscalização da execução fornecida externamente; conseqüentemente, seria estimulada a emergência de entidades multifacetadas e criativas, efectivamente vocacionadas para atingir os objectivos públicos através da implementação de estra-

tégias empresariais destinadas a valorizar e dinamizar os vestígios arqueológicos previamente seleccionados.

Neste âmbito, poderíamos mesmo ponderar a hipótese da cedência da gestão de determinados sítios arqueológicos, através da sua concessão a entidades privadas. Através de contratos plurianuais em que o concessionário poderia ou não surgir como pagador e face a objectivos delineados em cadernos de encargos elaborados pelas entidades públicas, seria possível definir o âmbito dos resultados a cumprir, permanecendo em aberto um espaço de criatividade face às múltiplas possibilidades de actuação em torno de sítios, desde a sua preservação à sua efectiva exploração dinâmica, obviamente condicionada a exigências decorrentes da legislação aplicada a elementos de natureza patrimonial.

A gestão privada de Património público é uma das diversas facetas que deverá assumir a futura abertura da sociedade às questões do uso do nosso passado, devendo ser previamente definidas as formas que poderão condicionar a sua acção, sendo a partir de então possível ao Estado assumir um papel essencialmente regulador e fiscalizador. Quanto aos privados, com a sua experiência e vocação para actividades empresariais, apenas poderemos esperar que através de actuações que cruzem património, lazer, formação e turismo, se obtenham vastas interacções entre Património e Públicos, de forma economicamente sustentável.

Assim, não partilho ideias que encaram contratualização entre o Estado e privados como mera cosmética conjuntural, permanecendo a realidade inalterada, mesmo que sendo substituídos alguns intervenientes. O que se pretende não é que o Estado abdique de algo que pode ser rentável beneficiando entidades especuladoras; pretende-se melhorar a actuação no Património introduzindo maiores níveis de criatividade e inovação a par de uma maior flexibilização de procedimentos e de uma clarificação de teor ético na actuação, rompendo-se acumulações de competências inadmissíveis, nomeadamente ao nível da programação, execução e fiscalização de projectos. De facto, a actuação executiva de entidades públicas a certos níveis, particularmente na prestação de serviços ao exterior ou a execução para si próprio de empreitadas, deveriam ser inviabilizadas

por condicionarem a necessária isenção nas actuações, sendo apenas aceitáveis em casos em que não existam no mercado possibilidades de contratação.

O impasse da Arqueologia Portuguesa

Apesar das grandes transformações dos últimos anos, a futura afirmação da nossa Arqueologia terá que passar pela consolidação de determinados aspectos, sob pena de assistirmos a uma estagnação da actividade e a uma conseqüente impossibilidade de, com ela, contribuímos seriamente para o desenvolvimento da sociedade em que nos inserimos. Sinteticamente e assumindo um programa esquemático de actuação a curto prazo, poderemos enunciá-los da seguinte forma:

a) legislação clara, transparente e exigente, nomeadamente ao nível dos regulamentos

Se a lei geral do património pode ser considerada adequada, o mesmo não sucede com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos que rege a actividade. Falta-lhe clareza já que não menciona aspectos essenciais, pelo que é manifestamente desadequado face à realidade da prática profissional, como atestam diversos aspectos:

- a excessiva, abusiva e incontrolável abrangência dos tipos de trabalhos supostamente sujeitos a pedido de autorização uma vez que, em teoria, tudo deveria ser sujeito a apreciação, desde projectos pessoais de estudo de materiais depositados em museus, a teses de doutoramento, passando por acompanhamentos de obras ou escavações;

- a desajustada e incompleta categorização desses trabalhos, sendo que em certos casos é necessários esperar pelo calendário do PNTA para avançar para projectos de investigação ou de valorização, estes apenas previstos para sítios classificados, não sendo outros locais passíveis desse tipo de intervenções;

- a impossibilidade de instituições apresentarem pedidos de autorização de projectos é nitidamente desajustada da realidade, já que se a actividade era anteriormente assumida como individual, hoje é obviamente normal que as necessidades e o profissionalismo necessários à prática profissional obriguem a um enquadra-

mento institucional de equipas cada vez mais amplas, sendo inaceitável que as responsabilidades sejam inteiramente assumidas pelo responsável científico, quase sempre integrado em estruturas institucionais que não controlam e que por sua vez mantêm relações contratuais com os verdadeiros promotores dos trabalhos;

· por fim, critérios de exigência metodológica incipientes para execução de projectos e para a elaboração de relatórios.

Enfim, a legislação tem que ser ajustada à dinâmica social de que está totalmente desfasada, sendo este um problema com repercussões na qualidade final da arqueologia portuguesa que sem alterações ao nível legislativo pode perder credibilidade.

b) elevados padrões de qualidade

A esmagadora maioria da arqueologia é consumida por obrigação legal, sendo ainda raros os consumidores que procuram nitidamente uma opção equilibrada entre preço e qualidade. O preço é quase sempre o primeiro critério de escolha, já que a falta de exigência da entidade tutelar, assente numa legislação obsoleta, fomenta a pouca qualidade final. Digamos que, com toda a facilidade (demasiada facilidade), são atingidos os mínimos exigidos, não se estimulando a melhoria contínua da nossa prática arqueológica. É evidente que, em certos casos, o sistema de mercado já proporciona possibilidades de incrementar a qualidade, a partir do momento em que os maus trabalhos sejam passíveis de dificultar os objectivos dos promotores (é o caso dos EIA). Sem critérios claros relativamente aos padrões mínimos de qualidade a atingir, que desde logo não podem ser inferiores, é impossível afirmar um papel social de relevo para a actividade arqueológica e para os seus profissionais.

c) controlo e fiscalização

Este é um aspecto essencial para o funcionamento do sistema. Se anteriormente quase nada era fiscalizado porque se assumia a actividade como algo de pouco significativo socialmente, hoje é inadmissível que a tutela do IPA não tenha meios de fiscalização ade-

quados, nem que muitos dos seus técnicos continuem a não assumir esta competência (como que por vergonha, ou talvez com medo do confronto com colegas ou antigos mestres). Sem controlo de qualidade e fiscalização nem a actividade é útil e consequente, nem os profissionais competentes poderão ser devidamente compensados. Sem uma tutela atenta e imparcial os maus profissionais e as más instituições continuarão a ser privilegiados, a custo do Património colectivo. Com mudanças significativas a este nível, a nossa arqueologia poderá dar um contributo decisivo ao desenvolvimento do país.

d) que Estado e Administração Pública pretendemos?

Normativo, regulador, fiscalizador e eficaz. Com isto, teríamos um bom serviço público. O que temos é um Estado que não tem projecto nem políticas para o Património e que não o assume como um recurso enquadrável em estratégias alargadas de desenvolvimento sustentável. O Património continua a servir clientelas públicas de cariz profissional, sendo grave que muitos dos investimentos que são realizados em projectos de valorização não sejam precedidos de estudos de viabilidade nem devidamente articulados com o público, ou seja, com os cidadãos. O Estado deve ser uma entidade que controla os bens patrimoniais, define legislação, aponta estratégias gerais, estimula investimentos e fiscaliza formas de actuação. Um Estado que define objectivos, regula a actividade, executa e aprova é inaceitável. Tal como é inaceitável uma administração pública incoerente nos seus critérios que, por vezes, variam conforme a região e o interlocutor.

e) empresas dinâmicas, eficazes, competentes, credíveis, inovadoras e competitivas

As empresas são um dos vértices de um sistema de diferentes possibilidades de actuação na área do património em geral e da arqueologia em particular. As empresas desta área têm como principal vocação a prestação de serviços, pelo que sem dinamismo e alargamento do seu âmbito de actuação, sem eficácia e competência, dificilmente serão capazes de assegurar

respostas criativas inovadoras e, conseqüentemente, potenciar um ambiente de saudável competitividade. Contudo, sem um mercado exigente, sem fiscalização e sem efectivo controlo de qualidade será impossível o aparecimento ou a consolidação de estruturas empresariais consistentes. Se o fenómeno empresarial na arqueologia estagnar, é evidente que estaremos perante uma consequência da incapacidade do sistema em afirmar a importância social do património arqueológico. Enquanto determinadas entidades, nomeadamente públicas, apostarem numa atitude de contratação de pessoas individuais desfasadas de qualquer enquadramento técnico, científico, logístico e financeiro, a qualidade final será medíocre e não será estimulada a criação de centro de competência nesta área. Face às manifestas incapacidades e desvantagens de actuação do Estado na prática, as empresas deveriam ser estrategicamente estimuladas para a competitividade.

f) transparência de interesses privados, eliminando suspeitas de corrupção

Os interesses privados têm que ser conhecidos, devem estar identificados e expostos pelo controlo de entidades fiscalizadoras. O meio arqueológico é muito permeável a rumores que apontam para graves insinuações de que existirão nítidas evidências de corrupção, assentes em interesses privados de determinadas pessoas ou instituições. Este ambiente de suspeição poderia ser ultrapassado através de processos de clareza e transparência processual, de uma correcta fiscalização e da elevação dos padrões de qualidade vigentes. Determinadas áreas geográficas ou determinadas instituições promotoras de intervenções no território passíveis de interferir em bens arqueológicos não mostram sinais de abertura ao mercado; nesses casos, as suspeitas ou indícios objectivos de práticas menos transparentes persistirão, tal como será impedido o normal e livre crescimento da actividade.

g) amadurecimento e afirmação dos bons profissionais

A credibilidade da nossa arqueologia assenta antes de mais na capacidade de afirmação social da actividade; uma arqueologia sem valor social e sem eleva-

dos níveis de qualidade não se consolidará. Isto significa que os profissionais deveriam lutar intensamente nesse sentido já que, dessa forma, estariam a pugnar pela missão a que se propõem relativamente ao património tal como contribuiriam decisivamente para a criação de bases para a sua progressão numa profissão plenamente gratificante.

Refira-se que foram recentemente aprovados novos estatutos pela única associação profissional de arqueólogos portugueses. As características do texto agora em vigor demonstram que a intenção de evoluir para uma Ordem dos Arqueólogos é, praticamente, ponto assente. Dado que esta é uma questão controversa da agenda arqueológica nacional, é de estranhar dois aspectos: por um lado, o nítido alheamento dos profissionais pelas fases prévias de discussão e pela própria votação; por outro lado, o facto de ser aprovado todo um conjunto de regras mais rígidas e constrangedoras que configuram uma associação de direito público, como são as ordens profissionais, preservando-se, no entanto, o enquadramento jurídico de associação de direito privado, o que aponta para um desfasamento entre um determinado rumo que se pretende traçar e as possibilidades (ou impossibilidades) reais e legais de o fazer. Daí que estejamos, aparentemente, perante uma estrutura tendencialmente desapropriada face às actuais necessidades e, sobretudo, às possibilidades de acção que se pretende seja conseqüente e reformadora.

A eventual formação de uma Ordem de Arqueólogos, cujo objectivo final parece ser a criação de mecanismos que garantam elevados padrões de qualidade por parte dos trabalhos realizados pelos profissionais, deveria ser precedida da elaboração de estudos em torno das suas vantagens, inconvenientes e modelos alternativos, tal como da análise dos resultados da sua eventual aplicação no contexto de outros países. Dessa forma, seriam fornecidos aos arqueólogos e à comunidade em geral informações passíveis de permitir uma escolha ponderada do mais útil caminho a seguir. Objectivamente, não parecem estar definidos, nem muito menos serem de conhecimento generalizado, os pressupostos que permitam considerar tal opção como a mais acer-

tada. Talvez seja por isso que essa posição não possa ser, actualmente, assumida pela generalidade dos profissionais. A sua falta de mobilização e de interesse em torno de reformas essenciais tem que merecer a maior atenção, devendo ser repensadas estratégias de comunicação, já que parte do problema poderá residir, precisamente, neste ponto.

Convém destacar que o universo dos profissionais é amplo e que a cada segmento correspondem perfis bem específicos, cada um com os seus problemas e especificidades. Desde o arqueólogo como profissional independente, ao arqueólogo como gestor público de património, podem ser encontrados inúmeros enquadramentos: os municipais, os investigadores, os universitários, os gestores de empresas, etc, etc. Infelizmente, os seus problemas específicos não são bem conhecidos, nem os seus anseios comuns efectivamente partilhados.

É assim claro que, no actual contexto de amadurecimento da profissão de arqueólogo, que as estruturas associativas que a representam não têm revelado suficiente capacidade de leitura da realidade dinâmica e multifacetada em que se inserem. Sendo a profissão tão jovem, só actualmente se colocam problemas nitidamente de carácter profissional como sejam as condições de trabalho, os níveis de remuneração, a instabilidade resultante de uma certa sazonalidade, a dificuldade prática em progredir numa carreira e a óbvia possibilidade de um desgaste rápido para grande parte dos profissionais que, depois de alguns anos de actividade, não encontram a motivação necessária para continuar. Considero que tal ciclo só poderá ser plenamente invertido através da elevação dos patamares de qualidade resultantes do incremento dos níveis de exigência da prática arqueológica. Sem um ambiente de necessária qualidade em que pessoas e instituições, sem permanentes lamúrias e lamentações, lutem pela excelência, pela inovação e pelo pleno uso do Património como recurso da nossa memória e identidade, dificilmente os profissionais e a nossa arqueologia poderão assegurar um futuro promissor que cremos está em crescente consolidação numa sociedade cada vez mais exigente.

h) aposta estratégica na valorização e dinamização patrimonial, ou seja, no retorno social

Se nada ou pouco mudar, o nosso Património não será devidamente rentabilizado, nomeadamente do ponto de vista científico, cultural, social e económico. Sem fortes ligações das dimensões de investigação e valorização aos cidadãos, será impossível a consolidação do uso do nosso Património, sendo sistematicamente pouco consequentes os investimentos realizados. A sua plena rentabilização enquanto recurso cultural deverá passar pelo enquadramento de políticas específicas noutras mais vastas de gestão da oferta pública de diferentes dimensões territoriais. Os arqueólogos devem ultrapassar determinadas barreiras criadas entre si e os outros cidadãos, abrindo vias de acesso ao conhecimento do passado independentes de visões corporativas restritivas. Estas vias devem permitir a intercepção entre arqueólogos, outros cientistas e público em geral sem pretensões de hierarquização. Um mais pleno usufruto do património é uma ambição que nos permitirá atingir um retorno social da disciplina e da nossa prática profissional.

Lisboa, Outubro de 2004

Notas

¹ Arqueólogo. Administrador Delegado da Era-Arqueologia, S.A., Cç. de Santa Catarina, 9C, 1495-705 Cruz-Quebrada - Dafundo. miguellago@era-arqueologia.pt.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses